



Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA

GRUPO CARLYLE EXIGIU AUDITORIA AO BPN



MANUEL DE ALMEIDA/LUSA

Joaquim Coimbra falou na comissão presidida por Maria de Belém

“O melhor que aconteceu foi a nacionalização”

■ Joaquim Coimbra, empresário e um dos maiores accionistas da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), afirmou ontem na comissão de inquérito parlamentar que “a melhor coisa que aconteceu ao BPN foi a nacionalização” e que após a saída de Oliveira Costa, desenvolveu contactos junto do representante da Carlyle em Portugal para a venda do grupo aos americanos.

“Em finais de Fevereiro, fui contactado pelo representante da Carlyle em Portugal para uma reunião”, contou o empresário à comissão parlamentar, acrescentando ter estado “numa reunião com o sr. Almiro Silva [accionista] e com o representante da Carlyle”,

na qual foram referidos os “contactos que tinha tido com o dr. Oliveira Costa”. “Informou-nos que a Carlyle poderia voltar a estar interessada nas negociações”, disse Joaquim Coimbra.

Segundo afirmou, “a aquisição passava por 40% ou mais, se os accionistas o entendessem”.

A Carlyle terá, porém, comunicado que “havia a necessidade de fazer uma auditoria” ao grupo, que deveria ser feita pelo Morgan Stanley ou pelo banco UBS, sendo que esta

diligência impediu o negócio.

Joaquim Coimbra referiu ainda que Miguel Cadilhe tinha uma remuneração bruta “de um milhão de euros” ■D.R.

Coimbra contactou com Carlyle para a venda do grupo

Oliveira e Costa assumiu Insular

● José Albano, um colaborador da SLN para os investimentos em Angola, revelou ontem que teve conhecimento do Banco Insular em 2003, quando assinou o primeiro contrato de financiamento para a realização de um projecto imobiliário da antiga casa-mãe do BPN naquele país. Segundo o promotor imobiliário, foi Oliveira

Costa, então presidente da SLN, quem assumiu a titularidade do banco. O responsável revelou ainda que todos os financiamentos a sociedades do ramo imobiliário para a realização de projectos, em Portugal e em Angola, foram concedidos pelo Banco Insular, através do administrador responsável pela área imobiliária da SLN. ■D.R.

SLN quer compensação justa pelo BPN

Em declarações ao Diário Económico, Fernando Lima desvenda as linhas mestras da estratégia da SLN.

Maria Ana Barroso
mabarroso@economicasgps.com

A nova administração da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) quer fazer valer os direitos dos accionistas do grupo quanto aos activos perdidos com a nacionalização do Banco Português de Negócios (BPN). Isso passa sobretudo por indemnizações aos investidores, tal como era já a vontade da antiga gestão de Miguel Cadilhe.

Em causa estão, nomeadamente, os critérios para o cálculo dessas indemnizações, previstos na lei que veio regular a nacionalização do BPN, que avalia os activos pelo património líquido, sem ter em conta, por exemplo, o potencial de geração futura de receitas. "Temos o direito de questionar", defende Fernando Lima, em declarações ao Diário Económico. A nova equipa da SLN aguarda, por exemplo, que a avaliação do banco que está a ser feita pela Deloitte e Deutsche Bank possa ser ponto de partida para um melhor apuramento do que poderão ser as indemnizações a pagar pelo Estado.

O ministro das Finanças tinha já admitido o eventual pagamento de uma indemnização aos accionistas do BPN, com base no valor da instituição aquando da nacionalização, calculado por duas entidades independentes. Este direito é suspenso em relação aos antigos accionistas que sejam alvo de processos judiciais.

Independentemente de futuras indemnizações que possam vir a ser pagas, a grande preocupação de Fernando Lima é sobretudo a de reestruturar dívidas e rentabilizar os activos do grupo SLN que tenham potencial para crescer e trazer retorno para os accionistas. A saúde mantém-se a grande aposta. O novo presidente da SLN garante que "o Grupo Português de Saúde não é para vender". Pelo contrário, defende que é um negócio com grande potencial para crescer. Sozinho ou em possíveis futuras parcerias. Áreas como o negócio



Fernando Lima
Novo presidente do grupo SLN

"Não entrámos aqui para liquidar; o nosso mandato é para levar avante a reestruturação do grupo; para renegociar dívidas, alienar alguns activos e rentabilizar, nomeadamente através de parcerias, vários negócios"

ALGUMAS APOSTAS

● A saúde será uma das principais apostas do grupo SLN, sozinho ou em parceria pelo seu potencial. Conta com várias unidades hospitalares e é um dos candidatos à PPP do Hospital de Vila Franca de Xira.

● É vasto o património imobiliário da SLN. Em causa estão, por exemplo, os famosos terrenos nas imediações do futuro aeroporto de Alcochete.

● Não é verdade que o negócio das novas tecnologias da SLN esteja exclusivamente dependente do BPN, defende Fernando Lima. Há potencial para a rentabilizar e crescer, se for para manter o negócio.

imobiliário, a área das novas tecnologias ou o ramo automóvel podem também vir a ser potenciados. A decisão final dependerá da avaliação que está a ser feita pela nova equipa e do resultado das recomendações do estudo que está a ser feito pela Roland Berger. As principais linhas da estratégia futura do grupo serão apresentadas na assembleia geral da SLN, prevista para finais de Maio. Será aí também que serão conhecidas as contas de 2008 da 'holding' que, fruto da auditoria da Deloitte, deverão apresentar, "com maior rigor" do que no passado, aquilo que é a efectiva realidade do grupo.

No caso do negócio imobiliário, a administração de Fernando Lima pediu entretanto à consultora Rockbuilding uma avaliação dos activos do grupo e propostas para a rentabilização dos mesmos. Em causa, adianta o responsável, estará um património de cerca de 1,6 mil milhões de euros, entre património imobiliário e empresas que operam no sector.

Quanto aos activos a alienar, Fernando Lima confirma que continua a fazer algumas vendas. Mas defende que as alienações devem acontecer quando se consegue tirar o maior retorno possível para o grupo (e não "a qualquer preço") e desde que se tratem de negócios que não façam sentido no universo e estratégia do grupo. Até porque, admite, a entrada de capital por esta via é importante para rentabilizar os activos que forem aposta. Em paralelo com as renegociações de dívidas em curso. Fernando Lima defende, por outro lado, que não faz sentido, por agora, estar a pedir aos accionistas uma injeção de capital no grupo.

Alguns dos processos de venda provenientes da era de Miguel Cadilhe são, por isso, para prosseguir. É isso que irá acontecer, por exemplo, com os vinhos e os seguros. Também a Fincor, corretora do grupo em risco iminente de falência "está à venda", assume Fernando Lima. ■

COIMBRA SÓ SOUBE DO INSULAR EM 2008

Joaquim Coimbra, accionista de referência da SLN, foi ontem ouvido na comissão de inquérito sobre a nacionalização do BPN. O empresário afirmou que só em Fevereiro de 2008, quando Oliveira Costa renunciou à presidência do grupo, soube da existência de irregularidades e perdas num banco em Cabo Verde ligado ao BPN. Oliveira Costa ter-lhe-á dito, e a outros administradores, que o "buraco" era no Banco Insular e que as perdas não excediam os 150 milhões de euros. Já Albano Costa, dado como próximo do antigo presidente do banco, revelou conhecer o Insular desde 2003.





Cabo Verde nomeia gestor extrajudicial para o Banco Insular

Depois de perder a licença para operar como instituição financeira o banco fica, agora, nas mãos de um gestor extrajudicial.

Dírcia Lopes
dlopes@economicasgps.com

O Banco de Cabo Verde nomeou um gestor extrajudicial para o Banco Insular, uma das entidades envolvidas no escândalo financeiro protagonizado pelo Banco Português de Negócios (BPN). Assim, desde o dia 20 de Março que os destinos do Insular estão sob a alçada do advogado cabo-verdiano António Pina Tavares.

Fontes próximas do processo afirmaram ao Diário Económico que esta decisão surge depois de um pedido feito pelo Banco Insular IFI ao Banco de Cabo Verde para que fosse autorizada a liquidação extrajudicial desta instituição. No mesmo requerimento era solicitado que o banco central de Cabo Verde nomeasse para esta entidade um gestor liquidatário.

Esta autorização especial ficou decidida na reunião ordinária do conselho de administração do Banco de Cabo Verde do passado dia 20 de Março. E já conta com o aval da ministra das Finanças de Cabo Verde, Cristina Duarte.

Confrontado o Ministério das Finanças de Cabo Verde com

Banco de Cabo Verde reitera que alertou, na devida altura, as autoridades sobre a situação do Banco Insular

esta nomeação, fonte oficial do gabinete de Cristina Duarte, responsável pela Pasta das Finanças, apenas adiantou que "o Banco de Cabo Verde tinha alertado na devida altura as autoridades portuguesas e cabo-verdianas sobre a situação do Banco Insular".

De acordo com as fontes próximas do processo, as várias instituições bancárias que operam no arquipélago cabo-verdiano já foram informadas desta decisão do governo.

Recorde-se que o governo liderado por José Maria das Neves, sob proposta do Banco de Cabo Verde, revogou em Fevereiro a autorização e a licença concedida ao Banco Insular. ■

HISTÓRIA DO GRUPO

2009

A portaria, datada de 18 de Fevereiro, o Governo através do Ministério das Finanças e sob proposta do Banco de Cabo Verde revogou a autorização e respectiva licença concedida ao Banco Insular IFI, SA, para funcionar como uma instituição financeira internacional.

1997

O Banco Insular, de Cabo Verde, envolvido no escândalo financeiro do BPN, foi criado por portaria em Dezembro de 1997, com um capital social inicial de 150 mil contos cabo-verdianos (1,3 milhões de euros) e iniciou a actividade no ano seguinte.



Manuel de Almeida/Lusa



Joaquim Coimbra diz que Oliveira Costa tentou resistir à saída do BPN

Parlamento. Comissão de Inquérito ouviu o empresário explicar que só soube em Fevereiro de 2008 do Insular

■ EVA CABRAL

Joaquim Coimbra garantiu ontem, na Comissão de Inquérito Parlamentar ao caso BPN, que o grupo de accionistas de referência que integrava só a 12 de Fevereiro de 2008 é que soube da existência do Banco Insular, tendo sido nesse preciso dia que decidiram afastar Oliveira Costa da presidência do BPN/SLN.

Nessa reunião com Joaquim Coimbra e outros três accionistas da SLN – Fernando Cordeiro, Adelino Silva e Almiro Silva – o ex-presidente, agora em prisão preventiva, assumiu que existia um "buraco que nunca seria superior a 150 milhões de euros motivado pelo Banco Insular".

Oliveira Costa tentou convencer, sem sucesso, estes accionistas de que esse "buraco" poderia ser coberto por outros activos como a colecção de quadros de Miró avaliados nessa quantia, mas registados no balanço apenas por 70 milhões de euros. A esta "almofada" de 80 milhões de euros somar-se-iam mais-valias de projectos imobiliários. Uma tese que não convenceu os accionistas que combinaram a demissão imediata. A demissão formal concretizou-se a 15 de Fevereiro, sendo certo que Coimbra revela que nesse dia Oliveira e Costa ainda os tentou convencer a ficar.

Joaquim Coimbra assegurou que a escolha de Abdoool Vakil sempre foi assumida como "uma solução transitória", e que o próprio gestor era um homem da casa que o sabia. O dia de ontem ficou ainda marcado pela explicação dada por Joaquim Coim-



MANUEL DE ALMEIDA LUSA

Joaquim Coimbra foi ouvido

bra para o facto de se ter demitido na comissão política do PSD durante a presidência de Luís Filipe Menezes, concretizada a 23 de Fevereiro de 2008, pelo facto do partido ter decidido dar a sua anuência à constituição de uma comissão de inquérito ao BCP o que o empresário considerou que acarretaria um sério risco de "um grande espalhafato político" numa altura em que o sistema bancário mostrava fragilidade. Mas frisou ter apoiado a comissão de inquérito ao BPN.

A comissão ouviu ainda José Albano um empresário luso-angolano que referiu ter dado a cara por diversos projectos, designadamente imobiliários, e que enquanto proprietário jurídico da empresa Marquês de Pombal adquiriu, por indicação da SLN, a imobiliária Tetris de que era administrador Paulo Santana Lopes, irmão do ex-líder do PSD. ■



Empresário com ligações ao BPN sabia da existência do Banco Insular desde 2003

Autor do texto

O Insular, com sede em Cabo Verde, foi utilizado anos a fio para esconder prejuízos, negócios falhados e operações à margem da lei

● O proprietário da Sociedade Imobiliária Marquês de Pombal, José Albano de Oliveira, que mantém ligações com a Sociedade Lusa de Negócios/BPN, afirmou ontem que tinha conhecimento da existência do Banco de Insular "desde 2003." Vítor Constâncio, governador do Banco de Portugal, diz ter tomado conhecimento da existência da instituição cinco anos depois.

José Albano de Oliveira, que falava na comissão de inquérito parlamentar à supervisão e nacionalização do BPN, banco de que era também um grande devedor, disse ainda que Banco Insular funcionava como extensão assumida do BPN.

O Banco Insular foi a instituição que, durante anos, serviu para o BPN, dirigido por Oliveira e Costa, esconder prejuízos, negócios ruinosos e operações irregulares - movimentos que resultaram em largas centenas de milhões de euros de prejuízos para o banco.

Também ontem, na comissão de inquérito, um dos principais accionistas da Sociedade Lusa de Negócios, Joaquim Coimbra, garantiu que a acta que o CDS/PP revelou e que se refere a uma reunião do conselho superior da SLN realizada a 12 de Maio de 2008, é verdadeira.

O documento refere que Abdool Vakil, que então presidia ao BPN, informou os presentes que o vice-governador do Banco de Portugal, Pedro Duarte Neves, era favorável à venda do Banco Insular. Joaquim Coimbra afirmou, todavia, aos deputados, que não podia confirmar se esse tinha sido a posição do membro da equipa de Vítor Constâncio.

Logo no dia em que o CDS divulgou a acta, o Banco de Portugal negou que Pedro Duarte Neves alguma se pro-



Novos revelações no caso BPN

nunciara a favor da venda do banco sediado em Cabo Verde.

O empresário reconheceu que soube das irregularidades cometidas pelo Banco Insular em Fevereiro do ano passado e revelou que o salário de Miguel Cadilhe era de um milhão de euros brutos por ano.

Joaquim Coimbra confirmou também terem existido contactos em 2007 entre o ex-presidente do Banco Português de Negócios (BPN), Oliveira e Costa, e o representante da Carlyle em Portugal, com vista à tomada de uma posição no grupo BPN.

Parque Expo envolvida

Na audiência parlamentar, que antecedeu a de Joaquim Coimbra, José Albano de Oliveira revelou também que a Parque Expo lhe propôs a aquisição da Expo Domus, uma sociedade imobiliária que tinha um passivo de sete milhões de euros. O objectivo da transacção seria permitir à Marquês de Pombal, que dirigia, beneficiar de isenções fiscais, no quadro da legislação em vigor.

A aquisição da Expo Domus, em meados da presente década, foi feita "com financiamento" obtido junto do Banco Insular, afirmou aos deputados o empresário. José Albano de Oliveira afirmou também que se financiava junto do Banco Insular desde 2003, através do Banco Português de Negócios.

Imobiliária Tetris

Irmão de Santana Lopes liderava a empresa

O presidente da sociedade imobiliária Marquês de Pombal, José Albano Oliveira, disse ontem, na comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN, que comprou a imobiliária Tetris, que era liderada por Paulo Santana Lopes, irmão do antigo primeiro-ministro, e ainda por Miguel Lopes e Ricardo Lopes, por indicação da Sociedade Lusa de Negócios (SLN). A Tetris pertencia à Sociedade Lusa de Negócios, que controlava o banco. Segundo Albano Oliveira, quando a actividade da Tetris começou a correr mal, tentou obter garantias junto de José de Oliveira Costa, líder do BPN, de que a SLN iria entrar no capital da Marquês de Pombal, mas sem acrescentar pormenores.